



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC

PARECER N.º 158/2024 - PROJUR

Parecer oriundo do setor de licitações referente ao recurso administrativo apresentado pela empresa HIPERLAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no Processo de Licitação nº 179/2024-PMS, Concorrência nº 54/2024-PMS. Contratação nº 902212024.

1. SÍNTESE DOS FATOS

Solicita o consultante do Setor de Licitações, por meio do despacho nº 20 do Processo Administrativo nº 242/2024, análise do recurso administrativo apresentado pela empresa HIPERLAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, no Processo de Licitação nº 179/2024-PMS, Concorrência nº 54/2024-PMS. Contratação nº 902212024.

A recorrente interpôs o presente recurso alegando que:

[...]
após fase de lances, foram chamadas as empresas conforme ordem de classificação registrada no sistema do portal de compras do governo (ComprasNet) ora classificada INICIALMENTE a RECORRENTE para os lotes 22, 162, 202, 203, 251 e 288; posteriormente classificada também para o item 205; Após análise das documentações realizado pela Comissão de Licitação e Equipe Técnica foi declarado a RECORRENTE inabilitada no processo do referido pregão eletrônico para os itens 22, 162, 202, 203, 251 e 288 e desclassificada para o item 205, como a justificativa de não apresentação de balanço patrimonial registrado e atestado de capacidade técnica com objeto divergente do licitado. Fatos que abaixo esclarecemos, vistas ao cumprimento da íntegra do edital pela RECORRENTE, esta que obteve classificação e habilitação para os itens 10 e 198.
[...]

Para tanto requer: “revisão e reanálise da decisão que a inabilitou para os itens **22, 162, 202, 203, 251 e 288** e desclassificou para o item **205**, **decidindo pela sua CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO** para tais itens, assim como devidamente foi feito para os itens 10 e 198, pois restou atendido às exigências do Edital e anexos”.

É o relatório.

2. DO PARECER

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Dito isto, passamos a análise do recurso apresentado pela recorrente.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

A recorrente alega que após a fase de lances foi inicialmente classificada para os itens nº 22, 162, 202, 203, 251, 288 e 205 e que após a análise da documentação foi inabilitada devido a não apresentação de balanço patrimonial registrado e atestado de capacidade técnica com objeto divergente do licitado. A recorrente informa ainda que obteve classificação e habilitação para os itens 10 e 198.

O Agente de Contratações no despacho nº 20, do Processo Administrativo nº 242/2024, informa que:

[...]

Esta foi uma licitação longa, com um total de oito chamadas após a fase de lances. O recorrente foi convocado em três momentos:

No primeiro momento, em 25/11, logo na primeira chamada, para apresentar proposta e documentação para os itens 22, 162, 202, 203, 251 e 288. Os documentos apresentados constam no anexo Primeira Chamada.zip onde foi apresentado um balanço não registrado e atestado de fornecimento de material de construção, quando o objeto é material elétrico. Por este motivo a empresa foi inabilitada.

No segundo momento, em 27/11, ela foi convocada na Terceira chamada.zip para o item 205 e novamente não apresentou a documentação ausente.

No terceiro momento, em 02/12, ela foi convocada para os itens 10 e 198 na Oitava Chamada.zip e então apresentou toda a documentação necessária.

[...]

Em análise a documentação para qualificação econômica financeira apresentada pela recorrente denota-se que o recibo de entrega de escrituração contábil digital foi realizado na data de 20/06/2024, ou seja, data anterior a abertura do presente processo licitatório, qual teve como data 22/11/2024.

O atestado de capacidade técnica juntado pela recorrente que comprova que a mesma já vendeu e entregou materiais elétricos, possui data de 21/10/2024, fazendo menção a nota fiscal nº 31.742 emitida em 17/10/2024, datas estas também anteriores a abertura do presente processo licitatório.

Sendo assim, ambos documentos atestam uma condição que já existia antes da abertura da sessão pública da licitação.

Nesse sentido, temos o entendimento do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Acórdão 1211/2021 - Plenário

Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Sumário: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.** (grifo nosso).

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já se posicionou que a Administração Pública não pode se ater a rigorismo exagerados que em nada contribuem para a escolha da proposta mais vantajosa, vejamos:

REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA EXIGIDA NO EDITAL DE FORMA GENÉRICA. APRESENTAÇÃO PELA LICITANTE DA "CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES TRABALHISTAS" AO INVÉS DE "CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS" QUE SUPRE A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. REGULARIDADE DEMONSTRADA. FORMALISMO EXACERBADO QUE NÃO PODE ACARRETAR NA INABILITAÇÃO DA CONCORRENTE. OBSERVÂNCIA DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. REMESSA DESPROVIDA. **No processo licitatório, é dever da administração pública primar pela supremacia do interesse público e pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e não se ater a rigorismos exagerados, que em nada contribuem para o desfecho da escolha da proposta mais vantajosa e menos onerosa aos cofres públicos.** V (TJSC, Remessa Necessária Cível n. 0313828-48.2018.8.24.0023, da Capital, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 20-08-2019). (grifo nosso).

Desta forma, considerando que os documentos apresentados pela recorrente atestam condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame e em obediência aos princípios da legalidade, da economicidade, bem como os demais princípios correlatos sugere-se pelo conhecimento do recurso administrativo apresentado pela empresa **HIPERLAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** e no mérito pelo seu deferimento.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do recurso administrativo apresentado pela empresa **HIPERLAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, e quanto ao mérito, **SUGERE** pelo seu **DEFERIMENTO**.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

É o parecer.

Schroeder (SC), 12 de dezembro de 2024.

DIEGO AUGUSTO BAYER

Procurador Municipal
OAB/SC n.º 28.822

SUZANA PEREIRA LOPES

Assessora Jurídica
OAB/SC n.º 60.105